



PODER

Deputados aprovam novo ensino médio

Aval ao projeto de lei ocorreu após acordo entre o relator e o governo sobre carga horária mínima. Texto segue para o Senado

» ANDREA MALCHER

A Câmara aprovou, ontem, em votação simbólica (sem registro individual de voto), o projeto de lei que modifica o novo ensino médio — instituído por meio de medida provisória pelo ex-presidente Michel Temer e aprovado pelos parlamentares em 2017. A proposta segue para a análise do Senado.

O texto foi motivo de negociações entre o governo e o relator Mendonça Filho (União-PE). O consenso foi firmado após uma reunião, na terça-feira, entre o relator; o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL); o líder do governo José Guimarães (PT-CE); o ministro da Educação, Camilo Santana; e o presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, Rafael Brito (MDB-AL).

A principal discordância era sobre a carga horária para a formação básica dos estudantes, ou seja, as disciplinas em comum para todos. O texto enviado pelo governo estabelece 2,4 mil horas para este fim e 1,8 mil para a formação técnica escalonada, já o relator defendia 2,1 mil horas para a formação geral.

"Houve discussão, debate, inclusive na campanha política. Promessas, no sentido de rever a reforma do ensino médio. Algumas posições radicais, até de revogação, mas o bom senso, quando se tem a boa política, prevalece. E o debate se estabeleceu. Ao invés de revogar a virtuosa reforma do ensino médio, aprimorá-la", disse Mendonça Filho, no plenário, ao apresentar seu parecer.

O acordo contempla, ainda, a flexibilidade de 600 horas para disciplinas à escolha do aluno, os chamados itinerários formativos. Nessa modalidade, é possível escolher o aprofundamento em linguagens e suas tecnologias, ciências sociais aplicadas, matemática e suas tecnologias e ciências da natureza e suas tecnologias. Quem optar pelo ensino profissionalizante terá de cumprir até 1,2 mil horas.

O modelo em vigor estabelece três mil horas divididas nos três anos do ensino médio, com a distribuição de 60% das horas-aula para as matérias obrigatórias, e os 40% restantes eram voltadas para os itinerários formativos.

Entidades estudantis e de classe criticam o formato atual. A presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Jade Beatriz, avalia o parecer de Mendonça Filho como "completamente desconexo" com o texto construído durante o período de consulta pública determinado pelo MEC em 2023.

A própria escolha do relator foi alvo de críticas da aluna, uma vez que Mendonça Filho foi ministro da Educação à época da aprovação do novo ensino médio.

"A gente defende o projeto original que foi construído no MEC por nós. O projeto de lei integral de reformulação, que revoga o novo ensino médio, foi pensado por nós (Ubes) e demais entidades de educação durante vários dias. Fizemos uma nota técnica, e o projeto foi construído em cima de uma nota técnica e também a partir da consulta pública", frisou, ao **Correio**. "Queremos 2,4 mil horas de formação geral básica, o espanhol como 13ª matéria obrigatória, o fim dos itinerários formativos e do notório saber. Conseguimos a de 2,4 mil horas, mas as outras demais questões, não."

Avanço

Jade reconheceu que, apesar disso, houve avanço. Para ela, uma vez que a proposta passe a ser analisada pelos senadores, há maiores chances de os estudantes conseguirem as outras demandas.

"(O PL) Vai ser encaminhado agora ao Senado, e vamos lutar lá para garantir as outras três coisas que, para nós, é prioridade para a garantia dessa escola que acreditamos (...) O cenário no Senado ainda é mais positivo que aqui na Câmara", destacou.

Segundo ela, "os deputados não se preocupam em saber o que é carga horária, o que os alunos vão estudar nas matérias, qual é o modelo de educação". "Eles se preocupam em derrotar o governo", opinou.

Camilo Santana, por sua vez, disse estar satisfeito com o "andamento das conversas e do acordo firmado", mas "indo para o Senado, abrem-se novas possibilidades de mudanças no texto".

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Sessão da Câmara: o projeto que altera a reforma do ensino médio foi aprovado em votação simbólica, ou seja, sem registro de voto individual

As alterações

Carga horária

Uma das principais tônicas do novo ensino médio é a divisão entre a formação básica comum e a parte flexível do currículo, que pode ser um aprofundamento dos estudos ou a edição técnica e profissional.

Pelo texto, nos casos em que houver ensino médio junto do curso técnico, a formação básica poderá ser menor, com um mínimo de 2,1 mil horas, das quais 300 poderão ser usadas como uma articulação entre a base curricular do ensino médio e a formação técnica profissional, caso as redes achem necessário.

Na prática, isso pode reduzir a carga horária mínima da formação básica para 1,8 mil horas, de forma a abrir espaço para a formação técnica. A

redação permite também que, caso a parte técnica demande menos horas de ensino, a formação geral básica nesses cursos poderá aumentar.

Itinerários formativos

A parte flexível do currículo do ensino médio — que pode ser de aprofundamento de estudos ou de curso técnico — volta a ter o nome de "itinerários formativos". O MEC, na gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT), havia trocado pelo termo "percursos de Aprofundamento e Integração de Estudos".

O relator fixou limite mínimo de 600 horas para esses itinerários, que poderão ser ofertados nas quatro áreas do conhecimento (Linguagens; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências da Natureza;

e Matemática) ou na educação profissional e técnica.

Todas as escolas deverão oferecer aprofundamento integral das quatro áreas do conhecimento, que poderão ser organizadas em pelo menos dois itinerários, de modo que as redes possam articular esses conteúdos. Por exemplo: itinerário Ciências da Natureza e Matemática; Linguagens e Ciências Sociais Aplicadas.

A lei aprovada diz ainda que o MEC deverá elaborar diretrizes para os itinerários formativos.

Processo seletivo para ensino superior

A lei determina que a União deverá estabelecer padrões de desempenho esperados no ensino médio para que sejam utilizados

como referência para as avaliações, que também são usadas como seleção para acesso ao ensino superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio (emboira o texto não cite explicitamente o Enem). Essas avaliações nacionais devem levar em conta o conteúdo da Base Nacional Comum Curricular, ensinado na formação geral básica, e da diretriz construída pelo MEC para os itinerários formativos.

Língua estrangeira

O novo texto não acata a proposta do governo de tornar obrigatória a oferta de espanhol. O relatório determina que os sistemas de ensino podem ofertar outras línguas além do inglês, optando "preferencialmente" pelo espanhol.

Em defesa de políticas para garantir o direito à educação

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Patricia reiterou a importância de formação e apoio aos professores

» MARINA DANTAS*
» RAPHAEL PATI*
» HENRIQUE FREGONASSE*

A superintendente do Itaú Social, Patricia Mota Guedes, se mostrou otimista em relação à construção de um novo Plano Nacional de Educação mais voltado para as questões sociais e de inclusão. Segundo ela, é necessário pensar em políticas públicas para garantir o direito ao ensino básico.

"Lá no PNE, a gente tem grandes oportunidades de pensar: 'Como é que a gente vai monitorar, enquanto país, a garantia do direito à educação?' Então, a trajetória escolar e os recortes no enfrentamento das desigualdades vai ser fundamental para a gente poder se acompanhar, enquanto país, na garantia do direito", ressaltou, em entrevista ao Podcast do **Correio**,

apresentado pelas jornalistas Priscila Crispi e Talita Souza.

Pesquisa feita pelo Itaú Social revelou que apenas 52% dos alunos nascidos entre 2000 e 2005 conseguiram concluir o ensino fundamental na idade correta, e apenas 41% finalizaram o ensino médio. O estudo aponta que o começo da trajetória irregular é no ensino fundamental, em especial do 6º ao 9º ano.

Patricia mencionou como as desigualdades são reproduzidas, apesar de haver o direito do acesso à educação, o que inclui a permanência regular de estudantes nas escolas. "Quando olhamos, por exemplo, em um recorte racial, vemos que os estudantes brancos são seis em cada 10 que possuem trajetória regular, e entre os estudantes negros o valor fica em torno de quatro em cada 10", frisou. A lacuna também se abre quando se analisa o nível socioeconômico,

em que os alunos que estão em níveis mais altos têm vantagem em relação aos que estão em níveis mais baixos.

A avaliação da especialista também vale para estudantes com deficiência — apontando para a necessidade de políticas de inclusão —, além da questão do gênero. "Todos esses recortes reforçam desigualdades e, portanto, precisam ser endereçados na medida em que a gente busca, enquanto país, políticas e programas para enfrentar esses problemas", destacou.

Na questão de gênero, é nítido que meninas e meninos possuem dificuldades e desafios em suas trajetórias. "Temos pistas e indícios de que são desafios muito ligados a esse começo da adolescência", ressaltou. Para que a questão seja enfrentada, Patricia reiterou a importância de formação e apoio aos professores e gestores escolares.

A especialista defendeu os incentivos financeiros para a permanência de estudantes nas escolas, mas disse que não pode ser a única medida, por não impactar os diferentes fatores que fazem esses alunos se desvincularem das escolas.

"Há muitas questões de fundo emocional, de relação de vínculo com professor, com colegas, que estão, também, por trás dessa desmotivação do estudante. Portanto, seja no ensino médio e, inclusive, no ensino fundamental, é (importante) pensar qual é essa escola para adolescentes que traga sentido, que estimule vínculos e esse bem-estar, com aprendizagem interessante. É possível. Então, só olhar a dimensão financeira não dá conta", enfatizou.

* Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa